



*COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE
PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CETURB – ES
CNPJ: 28.503.894/0001-51*

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CETURBES

**COMPANHIA ESTADUAL DE
TRANSPORTES COLETIVOS
DE PASSAGEIROS DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO –
CETURB – ES**

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Liquidante e aos Acionistas da
**COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – CETURB – ES**
Vitória - ES

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – CETURB – ES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – CETURB – ES**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Estudos anuais sobre vida útil de imobilizados

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10, referendada pela NBC TG 27 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica “Imobilizados”. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores, com emissão de Relatório dos Auditores Independentes, datado de 13 de março de 2023, com uma opinião sem modificações sobre estas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Vitória/ES, 28 de março de 2024.

MARCELO LIMA DE CASTRO
INVEST AUDITORIA E CONSULTORIA S/S LTDA.
CRC/ES 2.977/O
Contador CRC/ES 10.019/O-6
CVM nº 11.509
CNAI nº 1.842
CNPC nº 4.852
IBRACON nº 4.235

CETURBES**Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo****BALANÇO PATRIMONIAL**
ENCERRADO EM 31/12/2023**ATIVO**

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
		<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	8.228.336,12	2.066.729,71
Contas a Receber e Outros Recebíveis	5	7.379.821,90	5.993.023,67
Almoxarifado		129.400,91	113.682,17
Adiantamentos a empregados	6	61.867,71	105.781,62
Valores a recuperar	7	476.838,47	296.864,33
Total do Ativo Circulante		<u>16.276.265,11</u>	<u>8.576.081,50</u>
<u>NAO CIRCULANTE</u>			
Valores Cauçionados - Seguro Garantia		1.428.221,48	1.692.726,57
Depósitos Judiciais	8	7.182.274,50	6.665.388,93
Investimentos		277,19	277,19
Imobilizado	9	57.551.517,00	60.560.191,95
Ativos Intangíveis	10	3.708,81	12.270,93
Total do Ativo não Circulante		<u>66.165.998,98</u>	<u>68.930.855,57</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>82.442.264,09</u>	<u>77.506.937,07</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CETURB ES

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2023</u> R\$	<u>2022</u> R\$
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		2.514.165,21	2.215.874,80
Salários e outras remunerações		24.792,74	15.343,61
Impostos a Recolher	11	3.275.806,30	2.914.072,39
Créditos diversos		112.315,60	147.153,62
Provisão para férias e encargos	12	2.708.033,95	2.362.907,14
Outras Obrigações a Pagar		1.595.229,84	2.018.322,16
Total do Passivo Circulante		10.230.343,64	9.673.673,72
<u>NAO CIRCULANTE</u>			
Obrigações de Longo Prazo	13	3.089.147,57	6.052.419,73
Provisões para contingências	14	48.884.745,21	48.249.400,83
Valores caucionados	15	1.925.690,07	2.130.404,76
Total do Passivo não Circulante		53.899.582,85	56.432.225,32
<u>PATRIMONIO LIQUIDO</u>			
Capital Social	16	93.473.015,36	93.473.015,36
Reservas de Capital	16	26.897.876,21	26.897.876,21
Prejuízos Acumulados	16	(102.058.553,97)	(108.969.853,54)
Total do Patrimônio Líquido		18.312.337,60	11.401.038,03
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		82.442.264,09	77.506.937,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CETURBES

Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ENCERRADO EM 31/12/2023

	<u>Nota</u>	<u>2023</u> R\$	<u>2022</u> R\$
<u>OPERAÇÕES CONTINUADAS</u>			
Receitas de Vendas e Serviços	17	72.800.697,41	62.879.094,29
(-) Custo das Vendas e Serviços	18	<u>(32.060.941,30)</u>	<u>(28.846.253,49)</u>
LUCRO BRUTO		40.739.756,11	34.032.840,80
Despesas Administrativas	19	(25.011.523,67)	(19.315.094,87)
Outras Receitas (Despesas)	20	(2.497.346,27)	(1.426.324,94)
Outros Ganhos (perdas)		(11.931,12)	14.000,00
Depreciação e amortização		<u>(3.263.773,97)</u>	<u>(3.194.776,83)</u>
LUCRO OPERACIONAL		9.955.181,08	10.110.644,16
Receitas Financeiras		686.274,22	245.566,27
Despesas Financeiras		<u>(1.520.060,03)</u>	<u>(2.511.186,03)</u>
DESP./REC. FINANCEIRAS, LIQUIDAS		(833.785,81)	(2.265.619,76)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IR E CSSL		9.121.395,27	7.845.024,40
Imposto de Renda e Contribuição Social		<u>(2.210.095,70)</u>	<u>(2.156.932,72)</u>
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		6.911.299,57	5.688.091,68
RESULTADO DO EXERCÍCIO		6.911.299,57	5.688.091,68
Ações em Circulação no Final do Exercício		<u>93.473.015,36</u>	<u>93.473.015,36</u>
Lucro Líquido por ação do Capital Social no Fim do Exercício		<u>0,07</u>	<u>0,06</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2023

	<u>Reserva de Capital</u>			
	<u>Capital Social</u>	<u>Outras Reservas</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	
Em 1º de Janeiro de 2022	93.473.015,36	26.897.876,21	(114.657.945,22)	5.712.946,35
Lucro Líquido do Exercício			5.688.091,68	5.688.091,68
Ajuste de Exerc. Anteriores			-	-
Aumento de Capital				-
Recursos para aumento de capital		-		-
				-
Em 31 de Dezembro de 2022	93.473.015,36	26.897.876,21	(108.969.853,54)	11.401.038,03
Lucro Líquido do Exercício			6.911.299,57	6.911.299,57
Ajuste de Exerc. Anteriores			-	-
Aumento de Capital				-
Recursos para aumento de capital				-
Constituição de Reserva				-
				-
Em 31 de Dezembro de 2023	93.473.015,36	26.897.876,21	(102.058.553,97)	18.312.337,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

ENCERRADO EM 31/12/2023

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício, Incluindo operações Descontinuadas	6.911.299,57	5.688.091,68
Ajustes do Resultado do Exercício		
(+/-) Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
(+) Depreciação	3.263.773,97	3.194.776,83
Provisões	2.497.346,27	1.426.324,94
Prejuízo/(Lucro) na venda ou baixa de Imobilizado	-	-
Juros Ativos que não Afetaram Caixa	-	-
Juros Passivos que não Afetaram Caixa	1.076.618,87	1.345.011,60
Lucro Líquido Ajustado	13.749.038,68	11.654.205,05
Variações de Ativos e Passivos		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(1.386.798,23)	(2.222.218,77)
Adiantamento e Despesas Antecipadas	43.913,91	(226.839,09)
Estoques	(15.718,74)	(42.980,37)
Outros ativos	(2.764.856,59)	(2.515.441,79)
Depósitos Judiciais	(769.266,05)	(175.436,07)
Fornecedores e Encargos Sociais	660.024,32	(1.639.285,59)
Outros passivos	(3.104.271,47)	(3.741.400,97)
	(7.336.972,85)	(10.563.602,65)
Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	6.412.065,83	1.090.602,40
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Construções e Reformas	-	-
Aquisição de Imobilizado	(250.459,42)	(59.529,85)
Compras de Ativos Intangíveis	-	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	(250.459,42)	(59.529,85)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recursos para aumento de capital	-	-
Caixa Líquido usado nas Atividades de Financiamento	-	-
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas	6.161.606,41	1.031.072,55
Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas no Início do Exercício	2.066.729,71	1.035.657,16
Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas no Final do Exercício	8.228.336,12	2.066.729,71
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa e Contas Garantidas	6.161.606,41	1.031.072,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)**

1. Contexto operacional

A Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – Ceturb/ES é uma empresa pública estadual de direito privado, constituída sob a forma de sociedades por ações de capital autorizado vinculada à Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI-ES).

Seus únicos acionistas são o Governo do Estado do Espírito Santo (SEMOBI-ES), acionista majoritário e a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN.

A CETURB/ES tem por objeto social a gestão, quando delegada pelo poder concedente, de todas as modalidades de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo, de natureza Intermunicipal e Intramunicipal, definidas no artigo 60 da Lei Complementar nº 877, de 15 de dezembro de 2017. A finalidade, específica da Companhia é a de desempenhar as funções de competência do Estado, consoante o Art. 175 da Constituição Federal e o Art. 227 da Constituição Estadual.

Em fevereiro de 2021, a companhia, através do Contrato de Programa SEMOBI nº 001/2021, assumiu a gestão e operação do Terminal Rodoviário Carlos Alberto Vivácqua Campos, conhecido como Rodoviária de Vitória, após o término do contrato de concessão, que vigorou por 30 anos, com a antiga administradora.

Em decorrência da edição da Lei Complementar Estadual nº 1055/2023, foi delegado à Ceturb-ES, a exploração do Sistema Rodovia do Sol com início a partir de 22 de dezembro de 2023 em caráter transitório e perdurará até o início da operação de novo concessionário.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas foram empregadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e, quando requerido foram ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos em contrapartida do resultado do período.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para PMEs.

A elaboração dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis relevantes e envolve o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia quanto à aplicação das políticas contábeis.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão preparadas e apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da CETURB-ES.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo representados por aplicações no mercado aberto de alta liquidez, resgatáveis em até três meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

2.4 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

2.5 Contas a Receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação.

2.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos.

2.7 Almoxarifado

O estoque de almoxarifado refere-se a materiais de consumo tais como material de escritório, material elétrico, material hidráulico, etc. e está avaliado pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor da reposição.

2.8 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles decorrentes de ações em juízo, mantidos em contas bancárias vinculadas a processos judiciais relativos a litígios fiscais, cíveis e trabalhistas. São constituídos por bloqueios judiciais, bem como depósitos recursais, em moeda corrente com o objetivo de garantir a liquidação de potenciais obrigações passivas futuras.

2.9 Valores caucionados

Os valores caucionados são aqueles que decorrentes de garantias representados por seguro garantia ou depósito caução em dinheiro, recebidas em função de contratos pactuados com a Ceturb-ES no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação. As depreciações são reconhecidas no resultado, baseando-se no método linear sobre o custo histórico dos bens corrigidos até 31 de dezembro de 1995.

2.11 Ativos intangíveis - programas de computador (softwares)

Os custos de licenças adquiridas de programas de computador são capitalizados e amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização do intangível praticadas são de 20%.

2.12 Test Impairment dos Ativos

A sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (contas a receber, por exemplo) e de ativos não financeiros (intangível – software), são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No decorrer do exercício, a Sociedade não encontrou evidência objetiva que levasse estes ativos ao teste de impairment, exceto pela provisão para perdas do contas a receber.

2.13 Conta de Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em sua maioria com prazo máximo de 30 dias para pagamento.

2.14 Provisões para demandas judiciais – contingências passivas

As provisões para contingências passivas, relacionadas a processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, são reconhecidas quando a CETURB-ES possui uma obrigação presente, legal ou mesmo não formalizada. Trata-se de obrigação presente como resultado de eventos ocorridos no passado, sendo provável a ocorrência de uma baixa de recursos para liquidar a obrigação.

2.15 Imposto de renda e contribuição social

Os impostos incidentes sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto é reconhecido no patrimônio líquido.

O Imposto sobre a Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado tendo por base o resultado do período, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões estipuladas em lei. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota em vigor, incidente sobre o resultado do período antes do imposto de renda ajustado com base na legislação atual.

2.16 Capital social

As ações são classificadas no Patrimônio líquido. O Capital autorizado é realizado mediante aprovação dos únicos acionistas, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI-ES) e Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN).

2.17 Reconhecimento de receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e das despesas das atividades da Companhia é feito em conformidade com o regime contábil de competência, sendo as receitas e as despesas reconhecidas no resultado em função de suas realizações. As receitas compreendem o valor justo da prestação de serviços recebida ou a receber, de acordo com as finalidades no decorrer do curso normal das atividades da Ceturb-ES. As receitas são reconhecidas líquidas de impostos e são reconhecidas quando podem ser mensuradas com segurança e que benefícios econômicos futuros possam fluir para a Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração que envolveu julgamentos, estimativas e a adoção de certas premissas que afetam os valores das receitas, de despesas, de ativos e de passivos, e as consequentes apresentações, tais como a provisão de passivos contingenciais e taxas de depreciação e de amortização dos bens do ativo permanente. Certas estimativas e premissas possuem incertezas quanto a sua realização, e podem provocar ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos períodos subsequentes à data dessas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	0,00	0,00
Fundo Fixo Rotativo	12.000,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.719.721,72	2.064.266,02
Aplicações Financeiras	6.496.614,40	2.463,69
Total	8.228.336,12	2.066.729,71

5. Direitos a receber de clientes

Direitos a receber	31/12/2023	31/12/2022
Serviços gerenciamento de transporte seletivo	158.037,78	158.037,78
Serviços gerenciamento de frota	6.273.569,52	4.610.021,77
Serviços fretamento	264.374,29	280.833,54
Aluguéis de lojas	6.196.459,61	4.931.694,93
Aluguéis de módulos	180.623,32	227.088,04
Rodoviária de Vitória	1.754.324,56	1.370.912,90
(-) Provisão p/crédito de liquidação duvidosa	(7.447.567,18)	(5.585.565,29)
Total líquido	7.379.821,90	5.993.023,67

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação.

Conforme a Resolução nr. 1.255 seção 23 – quando o resultado de uma transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimado de forma confiável, a entidade pode reconhecer a receita associada com a transação por referência ao estágio de execução da transação ao final do período de referência. O resultado de transação pode ser avaliado de forma confiável quando todas as condições a seguir são satisfeitas:

- O valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- É provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- O estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável;
- Os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

6. Adiantamentos a empregados

Adiantamentos a empregados	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de salários	1.657,05	2.903,45
Adiantamento férias	60.210,66	102.878,17
Total	61.867,71	105.781,62

7. Valores a recuperar

Valores a recuperar	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedor	0,00	25.901,01
Tributos e contribuições federais a compensar	476.838,47	157.942,95
Cessão de pessoal a receber	0,00	113.020,37
Total	476.838,47	296.864,33

Os valores a recuperar referem-se a tributos a compensar ou recuperar e cessão de pessoal a receber corresponde à apropriação de fatura de pessoal cedido aos Órgãos Governamentais.

8. Depósitos judiciais

Depósitos para recursos judiciais	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos para litígios fiscais/cíveis	2.256.400,71	2.256.400,71
Depósitos para litígios trabalhistas	4.892.971,56	4.362.485,23
Bloqueios Judiciais	32.902,23	46.502,99
Total	7.182.274,50	6.665.388,93

Referem-se a depósitos recursais ou recursos financeiros bloqueados em razão de determinação judicial.

9. Imobilizado

9.1 – Composição dos saldos

Imobilizado	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado	99.563.160,15	99.320.089,73
Terrenos	15.145.866,89	15.145.866,89
Terminais rodoviários	79.057.140,13	79.057.140,13
Módulos	399.000,00	399.000,00
Benfeitoria em imóveis de terceiros	448.259,15	448.259,15
Móveis e utensílios	716.143,34	705.302,34
Máquinas e equipamentos	2.804.148,27	2.580.318,85
Veículos	558.849,33	558.849,33
Instalações	183.596,31	183.596,31
Utilitários	250.156,73	241.756,73
Obras em andamento	0,00	0,00
Obras terminais rodoviários	0,00	0,00

Depreciação e amortização acumuladas	(39.017.699,18)	(35.806.941,25)
Terminais rodoviários	(34.678.852,30)	(31.781.577,85)
Instalações	(154.108,67)	(140.715,95)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(226.390,29)	(197.359,89)
Móveis e utensílios	(691.719,96)	(685.226,36)
Utilitários	(218.457,73)	(210.484,42)
Máquinas e equipamentos	(2.297.232,72)	(2.056.599,27)
Veículos	(554.129,78)	(554.129,78)
Módulos	(196.807,73)	(180.847,73)
Deprec. e amortiz. acumuladas Dif.IPC x BTNF	(2.993.943,97)	(2.952.956,53)
Terminais rodoviários Dif.IPCxBTNF	(2.983.659,04)	(2.942.671,60)
Móveis e utensílios Dif.IPCxBTNF	(5.274,70)	(5.274,70)
Veículos Dif.IPCxBTNF	(4.719,55)	(4.719,55)
Utilitários dif. IPCxBTNF	(290,68)	(290,68)
Imobilizado líquido	57.551.517,00	60.560.191,95

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação. As depreciações e as amortizações foram reconhecidas no resultado, baseando-se no método linear sobre o custo histórico dos bens corrigidos até 31 de dezembro de 1995.

Edificações/benfeitorias e módulos	4,00%
Móveis/Utensílios, Equipamentos, instalações e utilitários	10,00%
Veículos	20,00%

9.2 – Movimentação

Imobilizado	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	15.145.866,89			15.145.866,89
Terminais rodoviários	71.624.392,69	7.432.747,44		79.057.140,13
Módulos	399.000,00			399.000,00
Benfeitoria em imóveis	448.259,15			448.259,15
Móveis e Utensílios	705.302,34			705.302,34
Máquinas e Equipamentos	2.520.789,00	59.529,85		2.580.318,85
Veículos	3.074.291,12		(2.515.441,79)	558.849,33
Instalações	183.596,31			183.596,31
Utilitários	241.756,73			241.756,73
Obras em andamento	7.432.747,44		(7.432.747,44)	0,00
Subtotal	101.776.001,67	7.492.277,29	(9.948.189,23)	99.320.089,73
Depreciação Acumulada	(38.089.124,86)	(3.186.214,71)	2.515.441,79	(38.759.897,78)
TOTAL	63.686.876,81	4.306.062,58	(7.432.747,44)	60.560.191,95

Imobilizado	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	15.145.866,89			15.145.866,89
Terminais rodoviários	79.057.140,13			79.057.140,13
Módulos	399.000,00			399.000,00
Benfeitoria em imóveis	448.259,15			448.259,15
Móveis e Utensílios	705.302,34	11.600,00	(759,00)	716.143,34
Máquinas e Equipamentos	2.580.318,85	228.979,42	(5.150,00)	2.804.148,27
Veículos	558.849,33			558.849,33
Instalações	183.596,31			183.596,31
Utilitários	241.756,73	11.700,00	(3.300,00)	250.156,73
Obras em andamento	0,00			0,00
Subtotal	99.320.089,73	252.279,42	(9.209,00)	99.563.160,15
Depreciação Acumulada	(38.759.897,78)	(3.255.211,85)	3.466,48	(42.011.643,15)
TOTAL	60.560.191,95	(3.002.932,43)	(5.742,52)	57.551.517,00

10. Ativos intangíveis

10.1 – Composição dos saldos

Intangível	31/12/2023	31/12/2022
<i>Software</i>	437.724,42	437.724,42
(-) Amortização Acumulada de <i>Software</i>	(434.015,61)	(425.453,49)
Intangível líquido	3.708,81	12.270,93

Os custos de licenças de programas de computador são capitalizados e amortizados pelo método linear. A amortização do intangível é feita mediante a aplicação da taxa de 20% ao ano.

10.2 – Movimentação

Intangíveis	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Software	437.724,42	--	--	437.724,42
(-) Amortização Acumulada	(416.891,37)	(8.562,12)	--	(425.453,49)
TOTAL	20.833,05	(8.562,12)	--	12.270,93

Intangíveis	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Software	437.724,42			437.724,42
(-) Amortização Acumulada	(425.453,49)	(8.562,12)		(434.015,61)
TOTAL	12.270,93	(8.562,12)		3.708,81

11. Impostos a Recolher

Contribuições e Impostos a Recolher	31/12/2023	31/12/2022
INSS	2.216.396,74	2.086.944,53
FGTS	162.995,75	133.532,87
PIS	41.502,10	34.749,16
COFINS	191.548,15	160.380,75
IRRF	461.167,06	318.354,08
ISS	140.189,46	128.766,73
Retenção na fonte PIS COFINS CSLL	62.007,04	51.344,27
Total	3.275.806,30	2.914.072,39

As contribuições tributárias são provisionadas e posteriormente quitadas em períodos seguintes aos do fato gerador.

12. Provisões para férias e encargos

Provisões para encargos sociais	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para férias	2.001.503,98	1.670.790,50
Provisão p/INSS férias	546.410,51	479.677,08
Provisão p/FGTS férias	160.119,46	133.104,14
Total	2.708.033,95	2.362.907,14

As provisões para encargos sociais são feitas com base no regime contábil de competência sendo posteriormente quitadas em períodos seguintes aos do fato gerador.

13. Outras Obrigações de Longo Prazo

Obrigações de Longo Prazo	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento Previdenciário	1.952.054,03	3.793.090,43
Parcelamento de Acordos Judiciais	1.794.902,86	3.729.805,54
(-) Juros a transcorrer	(657.809,32)	(1.470.476,24)
Total	3.089.147,57	6.052.419,73

As obrigações de longo prazo são representadas pelas obrigações da empresa com vencimentos após o término do exercício social seguinte.

14. Provisão para demandas judiciais**14.1 – Processos com Probabilidade Provável**

Provisões p/contingências	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas	6.951.574,89	6.951.574,89
Contingências fiscais	68.024,79	68.024,79
Contingências cíveis	41.865.145,53	41.229.801,15
Total	48.884.745,21	48.249.400,83

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos de cada obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira conforme o caso.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. A Ceturb-ES mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos Assessores Jurídicos. As contas de parcelamento tributário e cíveis foram reclassificadas para o grupo de obrigações de longo prazo.

14.2 – Passivos Contingentes

Companhia discute outras ações judiciais para as quais tem a expectativa de perda possível. Para essas ações, conforme opinião dos assessores jurídicos, não constitui provisão para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25.

Os processos em andamento na instância judicial, nos quais a companhia é parte passiva estão distribuídos da seguinte forma:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contingências trabalhistas	1.365.428,31	1.707.987,90
Contingências fiscais	53.984.215,57	56.136,43
Contingências cíveis	8.557.971,98	8.674.359,44
Total	63.907.615,86	10.438.483,77

15. Valores caucionados

<u>Cauções</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cauções - Seguro Garantia	1.428.221,48	1.643.875,59
Cauções em dinheiro	497.468,59	486.529,17
Total	1.925.690,07	2.130.404,76

As cauções referem-se a garantias dos contratos com as empresas prestadores de serviços. As cauções são feitas na modalidade de seguro garantia ou na forma de pagamento em dinheiro. Essas cauções são renováveis até o prazo de finalização dos contratos.

16. Patrimônio líquido

Patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	93.473.015,36	93.473.015,36
Reservas	26.897.876,21	26.897.876,21
Prejuízo acumulado	(108.969.853,54)	(114.657.945,22)
Resultado do exercício	6.911.299,57	5.688.091,68
Total	18.312.337,60	11.401.038,03

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 93.473.015,36 representado por 93.473.015 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

<u>Acionistas</u>	<u>Qtde. de Ações</u>	<u>%</u>
Governo do Estado do Espírito Santo	93.472.994	99,99998
Cia. Espírito Santense de Saneamento (CESAN)	21	0,00002
	93.473.015	100,0000

b) Reservas de capital

Referem-se a aportes de recursos feitos pelo Governo do Estado do Espírito Santo para investimentos em inversões fixas, tais como construção, reforma e ampliação dos terminais e outros investimentos. Esses recursos são capitalizados mediante aprovação do Conselho de Administração, quando da conclusão dos investimentos.

17. Receitas de serviços

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e que possam ser mensurados de forma confiável.

<u>Receita por categoria/atividade</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviço gerenciamento	61.191.207,89	51.482.696,54
Serviço publicidade	25.819,84	24.908,48
Serviço de expediente	1.070.069,33	920.070,27
Multas	110.784,82	237.249,01
Aluguel	5.646.136,07	5.166.747,38
Outorgas	814.184,74	1.755.735,63
Receitas Rodoviária de Vitória	6.738.821,60	5.863.807,20
(-) Cancelamento receita	(37.035,59)	(180.150,91)
(-) Tributos s/faturamento (PIS/COFINS)	(2.759.291,39)	(2.388.969,31)
Total	72.800.697,41	62.879.094,29

18. Custo dos serviços

Custos dos Serviços Prestados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Com operação/planejamento terminais	(16.380.594,87)	(14.062.478,29)
Com vigilância/segurança	(6.151.386,35)	(5.805.158,79)
Com conservação/manutenção	(6.936.033,81)	(6.310.041,74)
Outros custos em geral (Água e Luz)	(2.592.926,27)	(2.668.574,67)
Total	<u>(32.060.941,30)</u>	<u>(28.846.253,49)</u>

19. Despesas administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesa com pessoal	(16.650.209,76)	(14.133.542,13)
Despesas administrativas	(2.521.554,64)	(1.888.369,10)
Despesas com serviços terceirizados	(676.599,51)	(614.776,78)
Indenizações judiciais	(1.129.670,95)	(176.063,32)
Despesas Rodoviária de Vitória	(4.033.488,81)	(2.502.343,54)
Total	<u>(25.011.523,67)</u>	<u>(19.315.094,87)</u>

20. Outras Receitas/(Despesas)

Despesas com provisões	(2.497.346,27)	(1.426.324,94)
Total	<u>(2.497.346,27)</u>	<u>(1.426.324,94)</u>

Marcos Bruno Bastos
Diretor Presidente

Marcus Perozini de Araújo
Diretor de Planejamento

Madalena Santana Gomes
Diretor de Operações

Fábio Gomes de Aguiar
Diretora Administrativa e Financeira

Natasha de Oliveira Sollero
Diretora de Gestão de Rodovias

Rubem Rodrigues da Costa
Contador–CRC/ES: 007624/O